

DARLAN GARDUNHO COSTA

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT18: O ENSINO DA DIFERENÇA NA SOCIOLOGIA – COMO PENSAR GÊNERO E OUTRAS CATEGORIAS DE ARTICULAÇÃO EM SALA DE AULA?

“O KIT GAY”, “A IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A PL 7.180/14 :A AVALANCHE CONSERVADORA NA ESCOLA PÚBLICA AMAZÔNICA MARAJOARA.

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

Durante todo o século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial, e também pelo respeito à diversidade como um todo têm sido perenes. Porém, a carga de atitudes e convenções discriminatórias ainda são uma realidade tão persistente quanto naturalizada.

As lutas de grupos de minorias organizados têm conquistado importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, porém, ainda há outros objetivos a serem garantidos, como: inclusão, oportunidades de trabalho, respeito e valorização da diversidade. As superestruturas da sociedade brasileira apresentam discriminação de gênero, por orientação sexual, racial e de classe, conforme afirma Lélia Gonzalez (1988). E, infelizmente, a escola geograficamente amazônica também reproduz essa realidade discriminatória.

No Brasil e no mundo vivenciamos momentos difíceis, a avalanche Neoconservadora penetra as instituições, grupos hegemônicos, religiosos, que acham que se aproximam daquilo que é considerado “correto” segundo os que detêm o poder, reproduzem estigmas, preconceitos, discurso de ódio, exclusão, entre outros. E tratando-se da territorialidade em que a escola pública amazônica marajoara está inserida, suas particularidades, micro relações, são influenciadas sim por esses discursos antigêneros, gerando medos nos professores, que se sentem ameaçados em abordar criticamente determinados assuntos, principalmente, relacionados as questões de gênero.

As questões de gênero e as influências de discursos conservadores na escola pública amazônica e marajoara, tema que escolhi estudar e pesquisar, surgiu após a realidade que enfrentei no ano de 2019, onde a gestão escolar, formada por direção e coordenação e alguns docentes, negaram dentro do plano de ação que seria executado naquele ano, a inserção da proposta de um projeto pedagógico intitulado: Questão de Gênero, Sexo e Sexualidade na escola, por considerarem que este assunto geraria pânico moral entre alunos estudantes, pais e professores.

Mas, porque a escola nega discutir assuntos como gênero e sexualidade, deixando para outras instituições? Será que é por falta de formação inicial e continuada por parte de professores(as)? Será que é por conta de não evidenciar que no espaço escolar existem práticas docentes homofóbicas e sexistas? Será que é pela necessidade de manter padrões, estruturas e

não confrontar o modelo patriarcal, heteronormativo e sexista? Será pelo fato de temer retaliações por grupos conservadores? Será por conta da polarização e obscurantismo que nosso país vive no momento?

Diante do tema da pesquisa proposto e com base nas experiências que enriquece meu currículo oculto, o objetivo deste trabalho foi investigar quais os desafios e possibilidades os(as) professores(as) enfrentam ao ensinar assuntos referentes as questões de gênero, em uma escola marcada pelo discurso conservador, reacionário, no sentido de manter normas e padrões que reforçam as diferenças de gênero no espaço escolar.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a análise na literatura dos estudos de gênero e sexualidade, acompanhada de pesquisa quali quantitativa, através de uso de questionários. Os resultados apontam como escola, professores(as) tem sido alvo da avalanche conservadora, de retaliações, assim como também, constatou-se que a prática docente é marcada por atos sexistas e homofóbicos.

DESENVOLVIMENTO (APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO)

A escola é uma instituição social que faz parte de uma das esferas sociais de convívio coletivo entre os indivíduos. Na escola estão contidas todas as relações que dela se derivam enquanto grupo social (CANDIDO, 1973). “Isto vale dizer que, ao lado das relações oficialmente previstas [...] há outras que escapam à sua previsão, pois nascem da própria dinâmica do grupo social escolar.” (CANDIDO, 1973, p.107).

Cada estabelecimento de ensino tem suas características específicas, particulares, de acordo com sua localização territorial, e seus entornos contribuem para que as escolas tenham dinâmicas diferentes. Assim como também, cada escola tem um público a atender e um trabalho pedagógico desenvolvido para atendê-la. Desta forma, é necessário, que as escolas atendam às necessidades do público que a frequenta.

E quando retratamos a Escola Pública Municipal Amazônica Marajoara Professora Oscarina Santos, percebemos que sua territorialidade, sujeitos: ribeirinhos (as), filhos (as) de pescadores (as), quilombolas, filhos (as) de agricultores (as), tem um público com identidades múltiplas, sendo esta escola, uma verdadeira arena cultural.

Como dito no parágrafo acima, a escola amazônica, local desta pesquisa, tem um público variado, mas homogêneo quando assuntos ligados a questão de gêneros são abordados no espaço escolar. Mesmo percebendo que as identidades que formam este território não são homogêneas, contendo sexualidades fora do modelo hegemônico, com uma moral sexual regulada pelo cristianismo, com exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens, com o turismo sexual na ilha, com profissionais da educação não preparados para discutir a temática abordada neste trabalho, ainda assim, impossibilitam as discussões, as narrativas e o ensino sobre questões de gênero, sexo e sexualidade na escola.

É interessante ressaltar, que no Brasil e no mundo tem ocorrido uma avalanche Neoconservadora, penetrando instituições sociais, e tirando seu caráter republicano, como tem ocorrido nas escolas, através de leis da mordaza, perseguição, vigilância sobre professoras e professores, tornando a escola um lugar de baixo valor social.

Quando analisamos alguns fatos ocorridos no Brasil, percebemos o quanto a função social da escola está sendo deslegitimada, atacada. Vejamos alguns exemplos: Nas eleições presidenciais de 2018, as pautas de gênero, sexo e sexualidade foram fortemente discutidas, em muitos casos alguns candidatos a cargo da Presidência da República desconheciam os temas, reforçavam estereótipos, com discursos velados e carregados de misoginia, sexismo, xenofobia, etnocêntrismo e outros. E se não bastasse, a escola-professores, foram vítimas de divulgações de “fake News”, “no que tange” as tentativas de divulgação do “kit gay”, incluindo a “mamadeira de piroca” e tentativas de “doutrinação de gênero”.

A expressão “Ideologia de Gênero”, por exemplo, representa um discurso conservador, construído e apropriado de uma narrativa na educação brasileira, justamente tentando desconsiderar os estudos científicos de gênero. Não podemos perder de vista que as décadas de 1980 e 1990 se caracterizaram, no mundo ocidental, por mudanças, rupturas e avanços dos movimentos políticos e sociais alinhados os direitos humanos. Os movimentos de mulheres e feministas tiveram estrondosa repercussão graças as frequentes articulações e manifestações por sensibilizar a população acerca das desigualdades e violências baseadas no gênero. Acrescento ainda o movimento teórico, datado da década de 1970, que acrescentava a categoria gênero não apenas as lutas das mulheres e do movimento feministas, mas também as lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTT), que conquistaram espaços de debate na sociedade, instaurando definitivamente um novo campo social de disputa por direitos igualitários (MEYER, 2004; LOURO, 1997).

Quando se acreditava no avanço expressivo no sentido de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, por outro lado, representou uma ameaça a grupos religiosos e conservadores. Por exemplo, o Vaticano ao perceber uma agenda progressista organizada nos anos 1990 pelas Nações Unidas, que tinha como destaque a equidade de gênero, o controle reprodutivo, o empoderamento feminino, articulou uma reação para impedir o avanço dessas pautas (GARBAGNOLI, 2016; MIGUEL, 2016).

Foi o próprio Vaticano que produziu a dicotomia entre gênero e “antigênero”, ocasionando o surgimento da narrativa “ideologia de gênero”, que se populariza e passa a ser mobilizada em distintos contextos sociais do globo. No Brasil, é a partir de 2010 que essa narrativa se difunde nos campos político e popular. Conforme Miguel (2016), embora a preocupação com a igualdade de gênero tenha se tornado pauta transversal nas políticas governamentais, é com a sua inclusão nas políticas educacionais, que grupos religiosos e conservadores preocupam-se primordialmente. Por exemplo, ao tentar se aprovar o Plano Nacional de Educação (PNE) em 2010, que tinha como meta em suas diretrizes a superação de desigualdades de gênero, provocou o surgimento de um grupo que defendia uma aliança “antigênero” no contexto político nacional.

O Plano Nacional de Educação, tinha em seu texto original, proposto por Angelo Vanhoni, do Partido dos Trabalhadores (PT), a seguinte proposta “[...] a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.” (ALESSANDRA, 2014, documento eletrônico). De acordo com Rosado-Nunes (2015) e Miguel (2016), diferentes agentes políticos e não políticos articularam-se a partir da alarmista narrativa da “ideologia de gênero” para que tal trecho fosse alterado, ou mesmo omitido. A argumentação mobilizada por “[...] membros da bancada evangélica, entusiastas da ditadura militar, defensores da pena de morte e da ‘cura gay’, ideólogos do liberalismo e da privatização.” (RIBEIRO, 2016, p. 5) manifestava a preocupação com uma suposta “contaminação” da educação de crianças e adolescentes, em que esses estariam vulneráveis a educadores/as interessados/as em subverter os valores e ideais de suas famílias. Em uma disputa polarizada – embora não dicotômica, uma vez que se leve em conta a natureza matizada e contraditória da sociedade –, desde o outro extremo manifestavam-se milhares de educadoras e educadores, intelectuais, jornalistas, ativistas de movimentos sociais e grupos militantes feministas e LGBTT (ALESSANDRA, 2014; RIBEIRO, 2016; ROSADO-NUNES, 2015) a favor da versão original do texto.

Em 2014, após aproximadamente três mil emendas acrescentadas na Câmara dos Deputados, uma passagem pelo Senado e um encaminhamento à Comissão Especial da Câmara, o PNE foi sancionado sem vetos pela então Presidenta da República, Dilma Rousseff. Com metas e diretrizes definidas para a educação nacional até o ano de 2024, o Plano em seu texto final apresenta uma genérica diretriz, que prevê a “[...] superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação [...]” (BRASIL, 2014, documento eletrônico). Perceba que o texto original foi alterado, a interdição das temáticas de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, incitada por grupos conservadores e religiosos, foi bem sucedida e sua articulação política amplificou a discussão, incorrendo no banimento do tema também em diversos planos estaduais e municipais de educação (MIGUEL, 2016; ROSADO-NUNES, 2015).

Neste mesmo período de sanção do Plano Nacional de Educação, surgiu um movimento conservador que não tinha tantos adeptos, mas aos poucos ganha repercussão e adesão através da narrativa “ideologia de gênero”. O movimento em questão é o Escola sem Partido (MESP), que se diz preocupado com a “contaminação político-ideológica” de estudantes das escolas brasileiras, que vai se expandindo, e que segundo Miguel (2016), adiciona uma pauta de caráter moral à preocupação original com uma suposta “doutrinação marxista” dos alunos e alunas, discurso esse, presente desde a Ditadura Militar.

Como falado anteriormente, existe uma bancada de evangélicos e católicos que juntos trabalharam e obtiveram o banimento da temática de gênero do Plano Nacional e de muitos outros, estaduais e locais (Britto e Reis, 2015; Bergamim Jr., 2015). No noticiário, internet, era comum observar câmaras ou assembleias lotadas de líderes religiosos para apreciar os planos de educação, sempre pressionando deputados e vereadores. Também na França, a ofensiva (predominantemente católica) levou a recuos e, em alguma medida, a um veto informal à palavra “gênero” (genre) em documentos oficiais (Delaporte, 2014).

E não parando por aí, temos episódios que mostram como figuras que formam o governo que tem como slogan “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS, alerta contra a chamada “doutrinação ideológica” nas escolas, nas quais as crianças teriam sua sexualidade e/ou sua identidade de gênero confundidas e induzidas pelos professores e pelas professoras.

Não esqueçamos as falas da senhora Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, que em vídeos aparece dizendo estar inaugurando uma nova era, na qual “menino veste azul e menina veste rosa” (PAINS, 2019). Na mesma semana, ela também

manifesta-se dizendo que, durante sua atuação no governo, “menina será princesa e menino, príncipe” (ALENCASTRO, 2019). E o presidente Jair Bolsonaro, que também citou a questão em seu Twitter, afirmando que iria propor ao Ministério da Educação (MEC) a construção de um projeto de lei que proibisse o ensino do que ele chama de “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras (CANCIAN; SALDAÑA, 2019).

Não podemos perder de vista o que é proposto pelo Programa Escola Sem Partido (PL 7.180/14) e o movimento antigênero, que tem como primazia o direito dos pais sobre o direito dos alunos, sendo que a liberdade de escolha dos pais é vista superior à liberdade de aprender dos filhos, o que se explicita em um dos slogans utilizados pelos dois movimentos, que é “meus filhos, minhas regras”.

A justificativa deste projeto de lei (PL7.180/14) apresentada é combater uma suposta “doutrinação de esquerda” que estaria em curso no âmbito da Educação Básica do país, destruindo os valores de ordem familiar, sexual e religioso.

O parágrafo acima, claramente ratifica a problemática desta pesquisa, ao apontar o obscurantismo, a lei da mordaza, o ensino neutro, a escola sem partido, como instrumentos que tem invadido a escola, provocando silenciamento nos professores, tanto nas falas do presidente, quanto a da ministra, vemos um desejo pela volta de certas normas e princípios morais relacionadas ao gênero e à sexualidade dos indivíduos, potencializadas por sua forte atuação junto às bases religiosas (neo)pentecostais. Em suas retóricas, o Estado teria a função de (re)moralizar tais questões junto à arena pública.

Guacira Lopes Louro, em seu livro *Gênero, Sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* (2014), chama atenção sobre a importância de nos atentarmos aos marcadores sociais: Gênero, classe, sexualidade, aparência física, etnia, nacionalidade..... Esses marcadores explicitam a diversidade do tecido social, mas também servem como ferramenta para hierarquização da vida e perpetuação de desigualdades. Por isso, se analisamos esses marcadores percebemos como a nossa sociedade é hierarquizada, com grupos que oprime, que tem privilégios e maneja a existência de grupos sub representados.

E se olharmos na escola, por exemplo, uma aluna, mulher, negra, LGBTQIA+, em vulnerabilidade social, simultaneamente essa pessoa é atravessada por vários desses elementos e quanto maior o número de marcadores num mesmo corpo, maior a exclusão.

E a escola, será que entende de Interseccionalidade? Talvez não! Mas, de diferenças, distinções e desigualdades entende bem, pois a escola produz isso. Desde seus inícios, a instuição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distinto dos outros, os que não tinham acesso. Ela também dividiu, internamente, os que nela estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, hierarquização e ordenamento. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e imediatamente separou os meninos das meninas.

É urgente seguirmos na construção de estabelecimentos de ensino que não reforcem práticas educativas sexistas, homofóbicas, racistas. É o momento de garantirmos espaço, lugar de fala aos sujeitos que historicamente foram silenciados, segregados, subalternizados. Tornar a escola um espaço inclusivo, receptivo e acolhedor, é missão para quem acredita que por meio da educação construímos sujeitos altruístas.

Para a realização deste trabalho, a metodologia aplicada foi a fenomenologia, que se aprofunda na questão do espaço vivido, fazendo-se uso de pesquisas qualitativa e quantitativa, e devido à localização geográfica (Salvterra - Ilha do Marajó-PA) na qual se encontra o lócus (Escola Pública Oscarina Santos) e os sujeitos (professores, professoras, gestão escolar) da pesquisa, utilizou-se como técnica, pesquisa bibliográfica na literatura a respeito de questões de gênero no espaço escolar, tema proposto que guiará este trabalho, seguida de coleta de dados através de questionário e análise estatística com perguntas fechadas e abertas para discussão de determinadas questões pertinentes à problemática investigada.

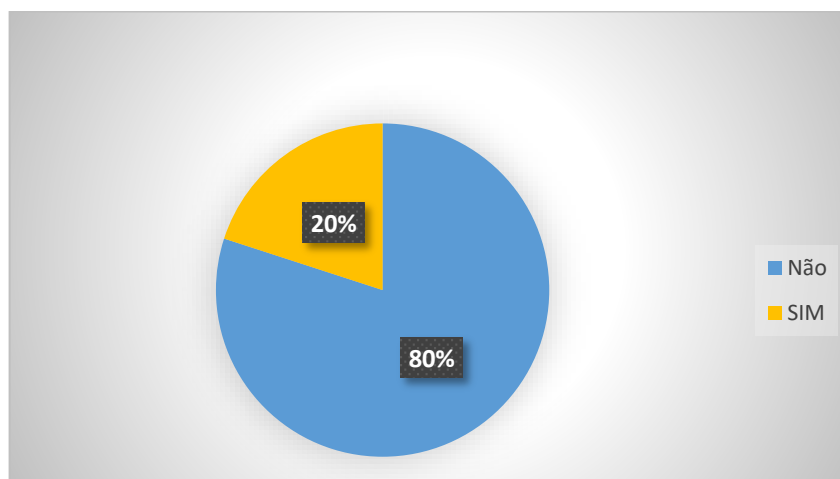
A seguir, apresento os resultados da pesquisa, envolvendo coordenação escolar e professores(as).

RESULTADO E REFLEXÕES

Após a aplicação de um questionário a coordenação da escola, constatamos que no Projeto Político Pedagógico não existe nem uma ação, projeto, pesquisa ou proposta de tratar estudos de gênero e sexualidade no espaço escolar. Segundo a coordenadora, que por motivos éticos da pesquisa, chamaremos de PESSOA 01, “a escola não tem necessidade de discutir temas polêmicos, sua obrigação é ensinar o português e matemática”.

Estendemos também o questionário a 10 professores, das variadas disciplinas que compõem o currículo escolar. Abaixo, destacamos algumas perguntas que foram feitas e obtemos o seguinte resultado.

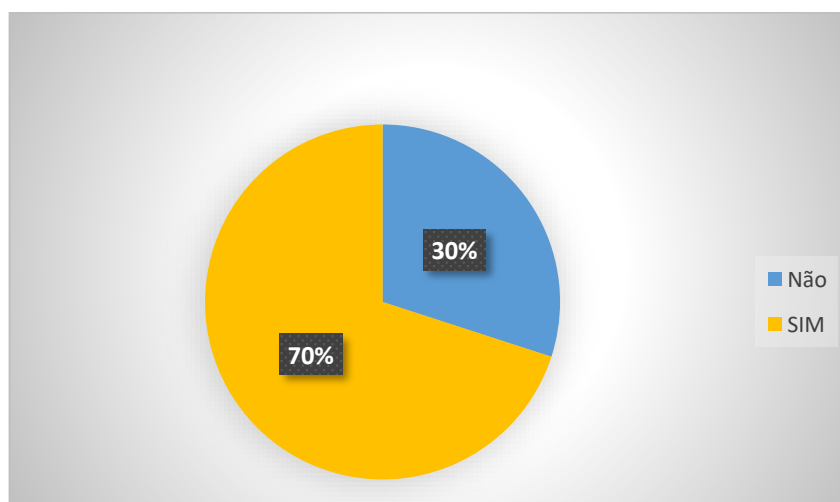
Pergunta 01: Professor, o(a) senhor(a) aborda assuntos de gênero e sexualidade em suas aulas?



Nota-se que apenas 02 entre 10 professores(a) entrevistados abordam assuntos referentes as questões gênero e sexualidade. É como se os(as) professores(as) não conhecessem os temas transversais, temas esses que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal, coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Desta forma, isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, com interdisciplinaridade entre as disciplinas existentes no currículo. Ratificando, os temas transversais abordam assuntos e questões urgentes e presentes sob as variadas formas da vida cotidiana.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação (MEC) defini temas que abordam valores referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. E não esqueçamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) garante aos sistemas de ensino autonomia para incluir outros temas que julgarem de relevância social para atender seu público, comunidade.

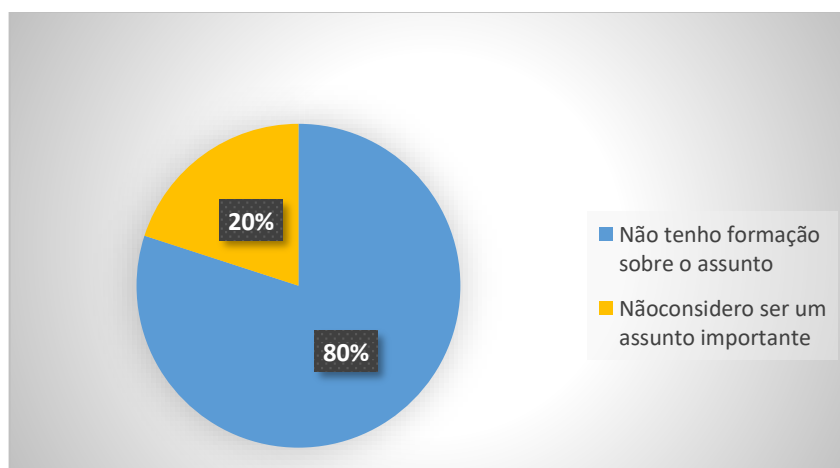
Pergunta 02: Professor, no espaço escolar que você atua é comum casos de violência de gênero, piadas homofóbicas, sexistas?



Constata-se que 07 dos 10 professores entrevistados notam diferenças quanto ao tratamento entre os gênero, com expressões populares que reforçam estereótipos de gênero. Ouve-se palavras como “viadinho”, “bichinha”, “Maria macho”, “mulherzinha”, entre outras.

Vale ressaltar, que as normas de gênero tentam encaixar as pessoas em estereótipos sociais, além de servir de base para muitas situações de desigualdade. Por isso, quando falamos da importância do termo **DESIGUALDADE DE GÊNERO**, nos referimos as relações de hierarquia sociais, poder ou privilégios criados a partir das diferenças percebidas entre masculinidades e feminilidades ou entre homens e mulheres.

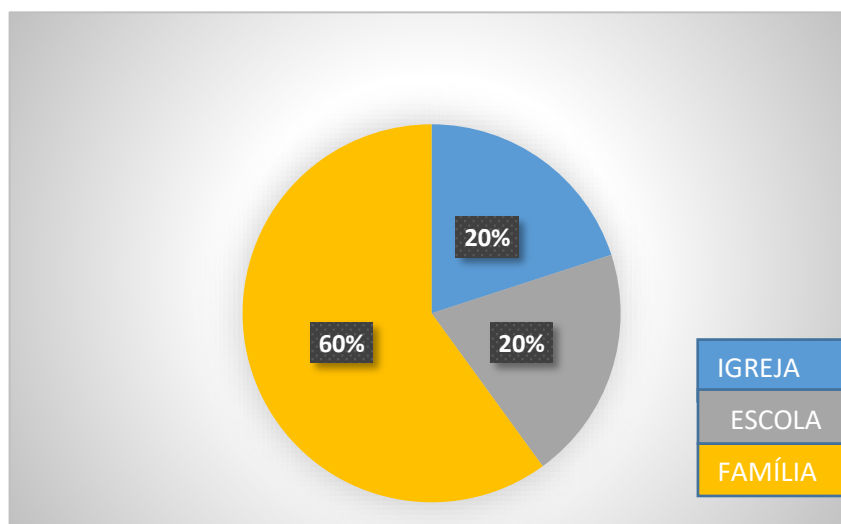
Pergunta 03: O que impede o(a) senhor(a) discutir assuntos dos estudos de gênero e sexualidade em suas aulas?



Os dados elucidam que 08 entre 10 professores(as) entrevistados não teve formação inicial e continuada sobre estudos de gênero e sexualidade, por isso não abordam assuntos dessa natureza em suas aulas. Já, 02 dos 10 professores(as) entrevistados consideram desnecessário abordar assuntos que possam estimular a reflexão, o aprendizado e o desenvolvimento de comportamentos mais compatíveis com a diversidade, a inclusão social e cidadania.

É urgente que secretarias de educação estaduais, municipais garantam formações continuadas a gestores(as), coordenadores(as) e professores(as) sobre estudos de gênero e sexualidade. É de suma relevância que esses(as) profissionais que compõem a escola repensem suas práticas e gerem debates e transformações no chão escolar. Por exemplo, porque não realizar na escola um projeto interdisciplinar que contemple debates, palestra e outras atividades sobre feminicídios, assédio sexual, autonomia política e econômica das mulheres? O papel da escola é justamente problematizar mentalidades e verdades pré-construídas, provocando rachas nas estruturas estruturantes.

Pergunta 04: Qual instituição social deveria assumir a responsabilidade de discutir questões de gênero e sexualidade?



Na constatação obtida, dos 10 professores entrevistados, 06 consideram que a família é a instituição social responsável em discutir assuntos referentes a gênero e sexualidade, 02 a escola e 02 a igreja. Nota-se, que na visão dos professores, a escola tem um baixo prestígio para abordar tais questões, como se não tivesse uma função social, de desnaturalizar, problematizar, desconstruir padrões socialmente contruídos.

Se a escola faz parte da sociedade em que vivemos, sociedade essa marcada por racismo, sexismo, homofobia, é óbvio, que na escola também se reproduzirá todos os tipos de discriminação e preconceito presentes nos diversos lugares da sociedade. Por isso, é importante que na escola, desde a Educação Infantil, abordar assuntos desta natureza, garantindo formação essencial aos docentes, contato com materiais educativos, com ações que possibilitem redes de aprendizados, com profissionais da saúde, conselho tutelar, entre outros.

Apesar do obscurantismo que nosso país passa, com ataque a ciência, aos profissionais da educação, aos serviços públicos, professores(as) compromissados com a justiça e equidade social devem falar sobre questões de gênero e sexualidade, combater a fake News como a ‘Ideologia de gênero’ (é um nome conservador, criado em reação aos estudos de gêneros, que não são ideologias), “Kit Gay” (O Projeto Escola Sem Homofobia estava dentro do programa Brasil sem Homofobia, do governo federal, em 2004). O projeto era voltado para a formação de educadores(as), e em nenhum momento chegou a ter previsão de distribuição para alunos. O programa sequer foi colocado em prática. “Mamadeira de piroca” (Um vídeo mostrando uma mamadeira com bico em formato de pênis foi publicado em páginas e grupos das redes sociais). Junto com ele, estava a informação de que o objeto teria sido distribuído nas escolas e creches de São Paulo por determinação do ex-prefeito Fernando Haddad, então candidato a presidente da República. A mamadeira mostrada no filme é, na verdade, um brinquedo erótico vendido em sex shops, por isso devemos não silenciar-se, pois este diálogo é importante na construção do respeito à diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe alguns elementos que, em nosso entender, ajudam a pensar certas direções que vêm sendo tomadas pelas políticas públicas e pelo debate político, a fim de auxiliar a desenhar respostas que aprofundem noções que acreditamos, como democracia e justiça.

É notório que o tema “gênero” em sala de aula pode assustar professores(as), principalmente pelo medo da hostilidade de muitas famílias, da perseguição e vigilância de grupos conservadores que confundem os estudos de gênero com sexualidade, inventando

inverdades, fake news. No entanto, o enfoque das questões de gênero na escola é a igualdade de direitos entre meninos, meninas, homossexuais, transexuais etc.

Por isso é importante que docentes tenham formação inicial e continuada, estejam munidos de uma boa didática, bons argumentos, recursos didáticos, para produzir uma dialogicidade capaz de transpassar as barreiras que são construídas como metanarrativas, oriundas das famílias e igreja. Eis a necessidade de agir com cautela, conhecimento, sensibilidade diante das adversidades que surgem. O importante é não desistir do objetivo que é construir uma sociedade mais harmônica e verdadeiramente justa. A instituição escola diariamente lida com questões que envolve o assunto gênero, não existe momento específico para lidar com esses assuntos, por isso, cabe a ela se aprofundar em conhecimentos científicos historicamente construídos, promover ações, discussões e reflexões, oportunizando a mudança de atitudes a todos(as) sujeitos envolvidos na educação. Mas, é notável que muitos(as) professores(as) criam fuga de responsabilidades, de envolver-se na discussão acerca dos estudos de gênero, pois afirmam que seus conteúdos disciplinares não se enquadram na discussão, como se a educação só se restringisse ao conteúdo específico de cada área do conhecimento (NOGUEIRA, 2010, p.16).

Como contribuições, confirmamos que há uma necessidade urgente de se discutir sobre sexo, sexualidade e gênero na escola, pois o debate garante emancipação, autonomia, informações e reflexões críticas aos discentes.

Apesar do conturbado momento que nosso país se encontra, com o levante com do conservadorismo e neoconservadorismo, que tem invadido as instituições sociais, atacado professores(as), negligenciando o papel científico, as lutas construídas e apagando qualquer possibilidade da escola democrática, existem profissionais que resistem, pois como afirma Foucault (2014), onde há poder, há resistência.

Concluindo, espero que esta pesquisa contribua no meio acadêmico, produzindo relevância social, estimulando novas pesquisas. E como diz a frase que encerra o livro *Pedagogia do Oprimido*, que considero importantíssima, pois nos faz esperar, nos faz acreditar em dias melhores, termino este trabalho. “Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (FREIRE, 1983, p. 218).

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, CATARINA. “Menina será princesa e menino, príncipe, diz a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. O Globo, Rio de Janeiro, 02 de Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020 janeiro de 2019. Disponível em: <https://globo.globo.com/sociedade/menina-sera-princesamenino>.

ALESSANDRA, KARLA. Texto-base do Plano Nacional de Educação é aprovado em comissão. In: Câmara dos Deputados: Câmara notícias. Brasília, DF: 55ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 2014. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2018.

BRITTO, PATRÍCIA E LUCAS REIS (2015). “Planos de educação de 8 estados excluem ‘ideologia de gênero’”. Folha de S. Paulo, 25 jun., p. B-9.

CANCIAN, NATÁLIA; SALDAÑA, PAULO. Bolsonaro pede a MEC projeto de lei para proibir “ideologia de gênero”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/bolso>

CANDIDO, A., A estrutura da escola. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. (Orgs.). Educação e sociedade. São Paulo: Companhia Nacional.

DELAPORTE, LUCIE (2014). “Circulaires, manuels, livres: les ministères censurent le mot ‘genre’”. Médiapart, online. Acesso em 28 jun. 2016 (<http://www.fichier-pdf.fr/2014/02/06/genre/preview/page/1/>).

FOUCAULT, MICHEL. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GARBAGNOLI, SARA. Against the heresy of immanence: Vatican’s ‘gender’ as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. Religion & Gender, Gente (Bélgica), v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016. Disponível em: . Acesso em: 05 fev. 2018.

GONZALEZ, LÉLIA. "A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social". *Raça e Classe*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO – LDB. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

LOURO, GUACIRA LOPES. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

“MAMADEIRAS ERÓTICAS” não foram distribuídas em creches pelo PT. Estadão, São Paulo, 28 de setembro de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MEYER, DAGMAR ESTERMANN. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 57, n. 1, p.13-18, jan./fev. 2004. Disponível em: . Acesso em: 01 maio 2018.

MIGUEL, LUIS FELIPE. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: . Acesso em: 05 fev. 2018.

NOGUEIRA, DANIELA MACIAS. Gênero e sexualidade na educação. Disponível em: . Acesso em: 29/12/2016.

PAINS, CLARISSA. “Menino veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/meninoveste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alvesem-video-23343024>. Acesso em: 22 jan. 2020.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia do oprimido*. 16ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PENNA, FERNANDO; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, Altemar de Costa; LEAL, Tito Barros (org.). *Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos*.

ROSADO-NUNES, MARIA JOSÉ. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.